

GEOGRAFIA E CRIMINALIDADE: ASSASSINATOS DE POLICIAIS NA REGIÃO DA GRANDE VITÓRIA DE 2005 A 2018.¹

Autor: William Carlos Rodrigues Gonçalves

Filiação institucional: Universidade Federal do Espírito Santo

e-mail: wcarlos.rg@gmail.com

RESUMO:

Em um contexto urbano marcado pela insegurança e pelo medo, crescem os índices de violência e se tornam comuns práticas criminosas, como os homicídios, que afetam grande parte da sociedade brasileira. Partindo de um viés que busca relacionar a Geografia com a temática da criminalidade, este trabalho discute a questão das mortes de policiais na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), no Espírito Santo, entre 2005 e 2018. Apresentando uma breve discussão a respeito das dinâmicas da segregação espacial resultantes do recente processo de urbanização experimentado pelas cidades da RMGV, o presente artigo buscou compreender, por meio da espacialização dos dados sobre os assassinatos de policiais, como esse tipo de homicídio pode ser entendido como um aspecto da violência que caracteriza o rápido processo de crescimento dos municípios da RMGV nos últimos 40 anos.

Palavras-chave: Segregação, espaço urbano e criminalidade.

GT – “14”: “Geotecnologias e Análise Espacial no espaço urbano”

¹ Trabalho orientado pelo Prof. Dr. Carlo Eugênio Nogueira e coorientado pelo Prof. Dr. Rafael de Castro Catão, ambos professores do curso de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.

1 INTRODUÇÃO

Nesse trabalho pretendemos estabelecer uma relação entre Geografia e criminalidade. Tendo como referência os dados oficiais que tratam dos homicídios de policiais do Estado, mas com um recorte na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), coloca-se como objetivo geral a identificação dos bairros onde ocorreram a maior quantidade de assassinatos de policiais entre 2005 e 2018. Especificamente, pretende-se identificar os locais dos homicídios, relacionando os lugares de ocorrência dos crimes com os índices de tipologia intraurbana, eles retratam as diversidades das condições de vida da população nas concentrações urbanas. Para isso, é necessário compreender, de modo geral, como se deu o processo de urbanização no Espírito Santo.

Nesse sentido, ao se debruçar sobre os dados a respeito dos homicídios de policiais na RMGV, esse trabalho busca enriquecer o debate a respeito das potenciais relações existentes entre a violência, a criminalidade e o processo de produção do espaço urbano. Como hipótese geral no encaminhamento do problema, parte-se da suposição de que existe uma ligação entre os dados da criminalidade, aqui analisada por meio dos números de assassinatos de policiais, e o perfil intraurbano das cidades da RMGV. Essas correlações apresentam uma configuração estabelecida no espaço que é função de diversas variáveis. As principais variáveis são o grau de concentração de riquezas e de bem-estar medidos pelo PIB e pela renda per capita, pelo valor PIB do município e pelo grau do IDH. (ZANOTELLI et al., 2006).

A produção da cidade não é homogênea. Cada bairro adquire uma característica, apresentando diferentes aspectos econômicos, sociais e culturais. A geografia busca compreender como esse crescimento desigual das cidades produz uma segregação espacial que pode gerar diversos problemas urbanos. Dentre eles, a criminalidade e a violência, que serão aqui avaliadas a partir de uma discussão a respeito dos homicídios de policiais.

É possível fazer correlações entre as estatísticas de ocorrências dos crimes, a organização do espaço urbano e os índices de desenvolvimento. Por meio dos dados disponíveis para esses indicadores, pode-se também gerar produtos cartográficos que auxiliam a tomada de decisão política em direção a uma melhor organização social do território. (LIRA, 2014). Os indicadores socioeconômicos, por sua vez, podem nos apontar um caminho para buscar entender a concentração de conflitos que se transformam em ocorrências nas cidades do Estado. (ZANOTELLI et al., 2011).

Os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABSP), de 2017, mostram que houve um aumento no número de homicídios de policiais civis e militares em 23,1% em relação a quantidade de policias mortos em 2015. (FBSP, 2017). Esse aumento, por sua vez, acompanha a tendência de aumento geral dos homicídios para todo o estado do Espírito Santo nos últimos anos. Pelo exposto, fica evidente a necessidade da priorização da segurança pública no planejamento, nas políticas, nas ações e na mobilização da sociedade, com a finalidade de redução dos índices de violência criminal. (LIRA, 2014).

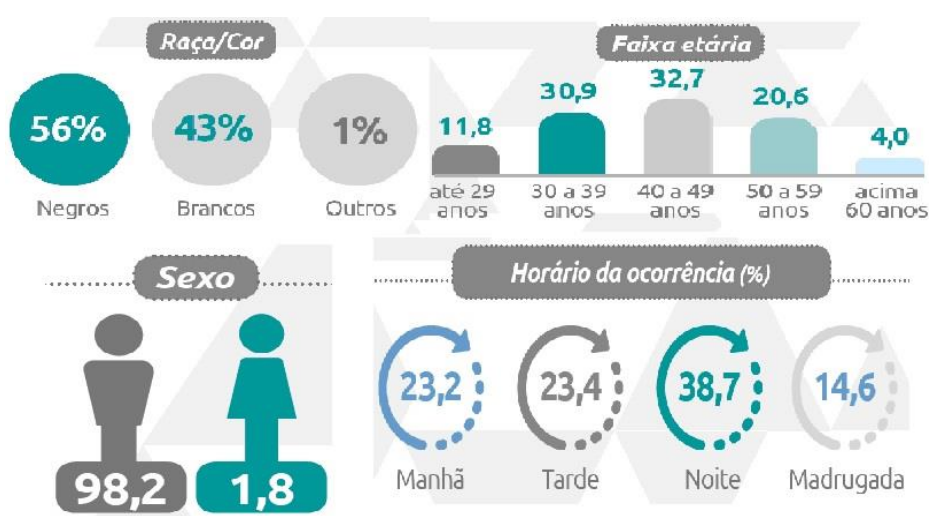


Figura 1. Números do anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2017 demonstram o perfil dessas vítimas policiais no âmbito nacional. Fonte: FBSP (2017, p. 7).

Em uma análise preliminar dos dados, há certa divisão entre os policiais civis e militares. Os últimos são mais expostos a situações de riscos, pois são aqueles que, no serviço, estão em maior contato com a população, muitas vezes entrando em confronto direto com criminosos e efetuando patrulhamentos. Há também os militares que são assassinados fora do serviço, com destaque para aqueles que, por uma condição de vulnerabilidade social, frequentam lugares com baixos índices de desenvolvimento social e altos índices de violência. Além de tudo, existem também os policiais que moram nas periferias ou que comumente exercem atividades operacionais de segurança privada.

Na verdade, é comum encontrar policiais que não conseguem sustentar a si mesmo e nem sua família, por conta talvez dos baixos salários. Esses são os que com maior frequência trabalham em suas folgas, fazendo serviços conhecidos como “bicos” para obterem uma

complementação de renda, pois o salário não é suficiente. Geralmente são os policiais, no caso dos militares, com baixa patente, como soldados, cabos e sargentos, conhecidos como praças.

2 METODOLOGIA

Os dados a respeito dos homicídios de policiais na RMGV foram obtidos a partir de um pedido a respeito da existência ou não de estatísticas dos números de assassinatos de policiais militares e civis do estado do Espírito Santo. O CIODES (Centro Integrado Operacional de Defesa Social), que é um órgão de atendimento emergencial que integra, em uma única estrutura física e digital, o trabalho da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Guarda Civil Municipal de Vitória, Secretaria de Justiça e Polícia Rodoviária Federal, forneceu as bases de dados disponíveis em seus registros, que cobrem o intervalo temporal de 2005 a 2018.

A integração dos órgãos envolvidos na Segurança Pública, a otimização de recursos e a implantação de projetos, tornam o trabalho mais ágil e eficiente no atendimento ao cidadão que clama pelo socorro do Estado, produzindo, assim, uma série estatística integrada.

Os dados contêm as seguintes informações: os tipos de crime, geralmente homicídios e latrocínios, os meios utilizados para o assassinato (arma de fogo, arma branca e asfixia), a etnia da vítima, sua idade, local do ocorrido e se o policial que veio a óbito estava de folga ou em serviço.

A linha de raciocínio desenvolvida se guiará por uma interpretação geral a respeito do processo de urbanização na RMGV. Como hipótese, tentaremos verificar se o processo de urbanização reflete a questão da segregação sócio-espacial, manifestada na forma dos locais onde ocorreram os assassinatos. O objetivo dessa interpretação sobre o processo de urbanização, será como um pano de fundo da análise dos dados, é a tentativa de mostrar a existência de uma relação entre a criminalidade (assassinatos) e a organização do espaço urbano.

Esse inter-relacionamento pode ser mais bem identificado com o uso da cartografia digital, de tabelas e dos gráficos gerados a partir do cruzamento dessas informações com os dados recebidos do CIODES. A tipologia urbana, servirá de parâmetro para qualificar os locais onde os crimes foram cometidos, pode ser definida como a diferenciação sócio espacial nas condições de vida das concentrações urbanas avaliadas, refletindo perfis populacionais diversos quanto às condições de moradia, aos níveis educacionais, acesso a bens.

De acordo como IBGE (2017), essa tipologia pode ser utilizada para caracterizar a diversidade sócio-espacial intraurbana, identificar padrões espaciais e de distribuição desta população urbana segundo eixos de expansão e modelos centro-periferia. Assim, a caracterização dos tipos intraurbanos foi feita a partir das medianas das variáveis que os compõem, a saber: coleta de lixo, distribuição de água, rede de esgoto, densidade de moradores por dormitório, alvenaria com revestimento externo, razão de dependência de menores de 15 anos, computador com acesso à internet, máquina de lavar, nível de instrução e rendimento. Todos os dados foram retirados do Censo de 2010. O resultado geral se dá por letras, a partir da seguinte lógica: quanto pior for os dados levantados, pior será a letra atribuída ao bairro. (IBGE, 2017).

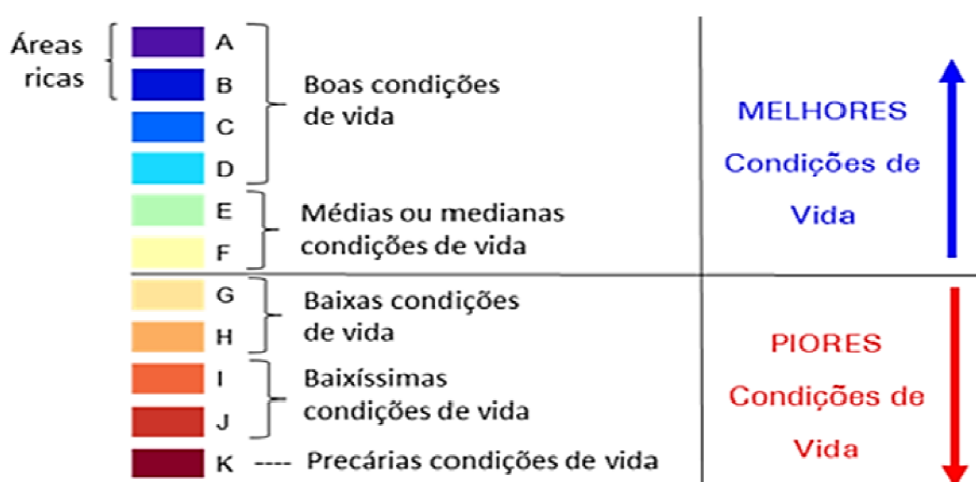


Figura 2. Tipo intraurbano. Fonte: IBGE (2017, p. 4).

3 O ESPÍRITO SANTO E A REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA - RMGV

Em meados da década de 1960, no contexto nacional da aceleração do desenvolvimento industrial ocorrido no Brasil, as trajetórias da economia estadual, constituída majoritariamente por relações familiares de produção ligadas ao setor primário da produção do café, sofreriam mudanças significativas. A economia estadual foi inserida nos novos circuitos de expansão e de acumulação do capital, tendo a industrialização como principal vetor desse processo. A economia passou a crescer a taxas superiores às da economia nacional, o que veio produzindo

significativos impactos na dinâmica social, econômica, política e cultural do Estado, com consequentes alterações no processo de urbanização. (SILVA, 2010).

O modelo de industrialização implantado no ES na década de 1960 teve influência muito grande nos movimentos de concentração urbana e industrial no entorno da Cidade de Vitória. A dinâmica da economia estadual não era mais regional/local, como no modelo anterior, e passou a ser impulsionada pelos mercados externos e variações da economia mundial, principalmente depois da instalação da Companhia Vale do Rio Doce – CRVD. O Espírito Santo deu início ao processo de transição de uma economia agrário-exportadora, centrada na cafeicultura, para uma economia urbana industrial. (SILVA, 2010).

Desse modo, no Espírito Santo, a velocidade, conjunto, profundidade e complexidade deste processo de transformações sociais e econômicas significaram a transformação de modos de vida tradicional e implicaram decisivamente na sociabilidade e constituição emocional dos indivíduos. A modernização ocorrida na região metropolitana gerou impactos sociais, culturais, políticos e psicológicos que podem exceder a capacidade de adaptação de diversas camadas sociais e dos indivíduos, bem como criar equilíbrios instáveis e prejudiciais à própria sociabilidade. (RODRIGUES; CRUZ, 2011, p.11).

O conjunto de transformações ocorridas na economia e sociedade capixaba eram centralizados nos municípios integrantes da RMGV, Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória, criando grandes índices de concentração populacional, renda, produção e consumo até hoje sentidos no estado do Espírito Santo. O crescimento da população, associado à precariedade das condições de renda da maior parte da população, trouxe uma ampla e desordenada formação de assentamentos subnormais, inferior do que era considerado normal na época, notadamente nos municípios adjacentes à capital. Como consequência, ampliaram-se os problemas urbanos, os quais passam a caracterizar por:

O contraponto entre duas cidades que passam a coexistir no mesmo espaço: a ‘cidade legal’ preconizada nos planos e projetos oficiais, e a ‘cidade real’ que se espalha pelas áreas de mangue, sob as encostas dos morros e loteamentos clandestinos, ocupando áreas que deveriam estar destinadas à preservação ambiental e da paisagem (SILVA, 2010, p.32).

O rebatimento das classes sociais fragmentadas no espaço verifica-se basicamente devido ao diferencial da capacidade que cada grupo social tem de pagar pela residência que ocupa, a qual apresenta características diferentes no que se refere ao tipo e à localização. Em relação ao onde morar, é preciso lembrar que existe uma distinção espacial na localização das

residências vistas em termos de conforto e qualidade. Esta diferença reflete, em primeiro lugar, em um diferencial no preço da terra, que é a função da renda esperada, que varia em função da acessibilidade e das amenidades. Aqueles que têm um grande poder aquisitivo conseguem arcar com os custos de uma localização privilegiada de suas moradias, já a parcela da população com a renda baixa, não consegue arcar financeiramente as mesmas áreas. (CORRÊA, 1994).

Nas cidades da RMGV, a diferença interna da paisagem urbana torna perceptível essa fragmentação e segregação sócio-espacial que ocorre no Espírito Santo. Considerando os seus fatores causadores, percebe-se que a RMGV é um espaço heterogêneo, que apresenta os problemas típicos de uma grande cidade capitalista. Intrigante é que o fatiamento da cidade pode ser visto nos padrões das construções, que expressam a desigualdade de forma forte e visível:

A segregação espacial é representada pela paisagem urbana metropolitana, que é fruto de uma distribuição de renda estipulada no processo de produção. Tal afastamento aparece no acesso a certos serviços, infraestrutura e meios de consumo coletivo. A diferença é gritante quando se nota áreas das cidades destinadas à moradia, revelando as alteridades de classe. (CARLOS, 1992, p.42).

A utilização do solo não se dará sem confrontos, uma vez que são discordantes os interesses do capital e da sociedade. O primeiro tem como propósito a sua reprodução através do processo de valorização. Já a sociedade tem, como horizonte, a criação de melhores condições de reprodução da vida (CARLOS, 1992). Na cidade capitalista a segregação assume novas dimensões espaciais, novas configurações que estão sempre em constante mutação (CORRÊA, 1994).

As carências em relação à infraestrutura e aos serviços eram de tal ordem que os moradores desses espaços segregados, apoiados por Comunidades Eclesiais de Base, Igreja Católica, Sindicatos e ONGs, uniram-se em associações e centros comunitários, formando amplos movimentos sociais para reivindicarem melhorias junto aos poderes públicos municipal e estadual, especialmente no que se refere a água, esgoto, iluminação, escadarias, escolas, transportes etc. Esses movimentos encontraram maior espaço de ação e luta a partir dos anos 80 com a redemocratização da sociedade brasileira. (SILVA, 2010, p. 32).

A participação da RMGV e dos demais municípios no total de homicídios registrados no estado ao longo das últimas três décadas revela períodos distintos. Até a década de 1980, os demais municípios do estado evidenciavam uma maior participação percentual nos homicídios totais reportados no Espírito Santo. Os municípios que compõem hoje a RMGV passaram a

apresentar uma maior representatividade no total de homicídios registrados a partir da década de 1990. Nas duas últimas décadas, os homicídios capixabas mostraram-se concentrados na RMGV. Entre 1999 e 2005, os municípios que hoje compõem a RMGV chegaram a concentrar 75,4% dos homicídios do Espírito Santo. Desde 2005, essa participação relativa vem se reduzindo, até alcançar o percentual de 63,7% em 2010. (LIRA, 2014).

A região metropolitana da Grande Vitória, que figura entre as dez metrópoles com grande concentração populacional, possui problemas urbanos típicos, dentre os quais, o aumento dos índices de violência e criminalidade, com ênfase no homicídio, cuja percepção é de ser proporcionado em grande parte pelo tráfico de droga e pelas desigualdades decorrentes da ausência da responsabilidade parental do Estado. (RODRIGUES; CRUZ, 2011, p.7).

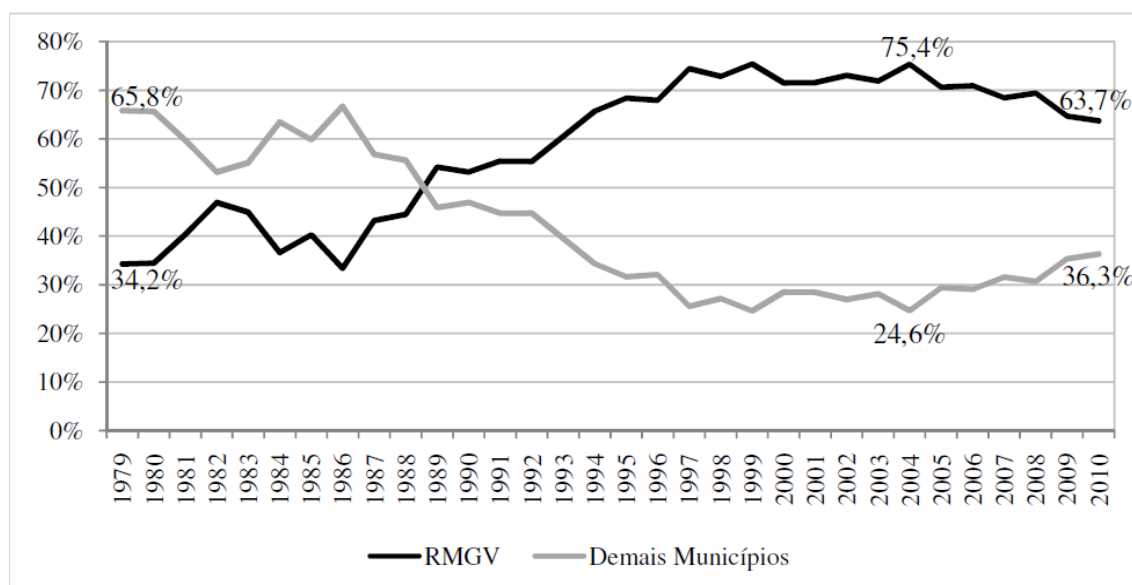


Gráfico 1. Participação nos homicídios totais, segundo região - Espírito Santo 1979-2010. Fonte: LIRA (2014, p.11).

O padrão de concentração dos homicídios é resultante, principalmente, do processo de urbanização do Espírito Santo, que se evidenciou centrado e concentrado na atual área da RMGV, que congrega aproximadamente grande parte da população estadual, cerca de 1.687.704 habitantes, só na região metropolitana, sendo que o Estado todo tem 3.514.952 habitantes, de acordo com o censo de 2010. (LIRA, 2014).

A organização sócio-espacial observada hoje nessa região é, em grande parte, reflexo da acumulação histórica dos processos desencadeados a partir da década de 70, cujos quais promoveram significativas alterações nas estruturas sociais, econômicas,

demográficas, dentre outras. Diversos fatores estruturais, a saber, inchaço populacional, ineficiência de planejamento urbano e políticas sociais adequadas, degradação urbana, acirramento das desigualdades socioeconômicas e segregação sócio-espacial se correlacionaram nas décadas posteriores à urbanização da década de 70 e passaram a influenciar o aumento dos índices criminais na RMGV. (LIRA, 2014, p. 12).

Enquanto na esfera econômica via-se um processo de modernização acelerado que ampliava e inseria a economia estadual nos circuitos internacionais, com a modernização do mercado, e os grandes índices de crescimento apresentados, nas esferas política e institucional se via um processo de não evolução, principalmente no que diz respeito aos padrões de inclusão social e também no campo das relações de sociabilidade política, assim como nos padrões de criminalidade de violência. (SILVA, 2010).

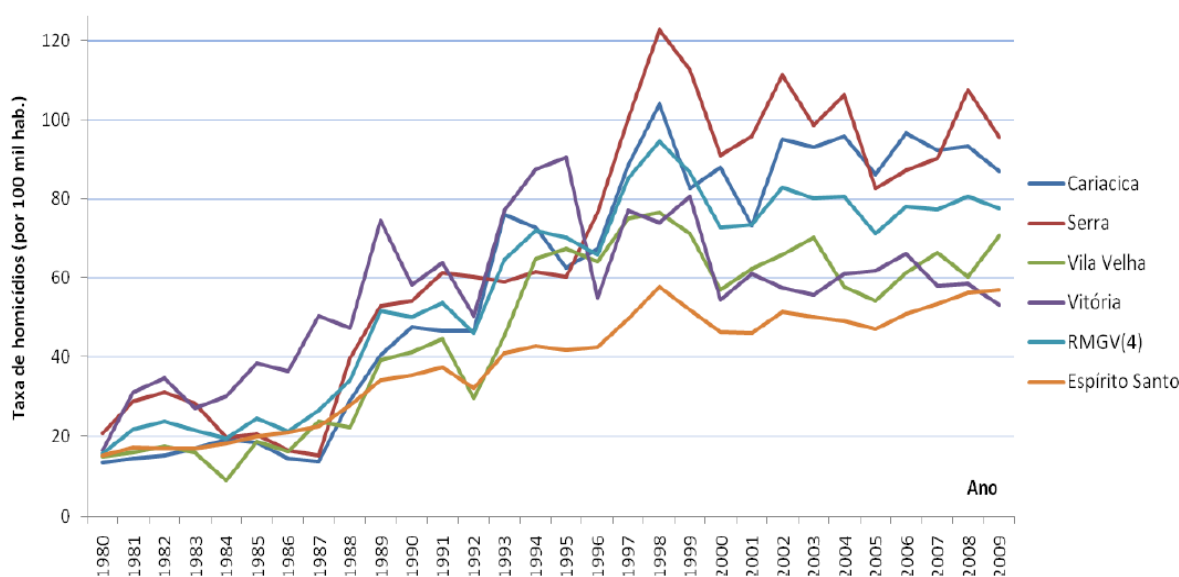


Gráfico 2. Taxas de todos os homicídios (por 100 mil hab.) nos municípios de Cariacica, Serra, Vila Velha e Vitória entre 1980 e 2009. Fonte: RODRIGUES; CRUZ (2011, p.13).

Houve uma tendência de evolução dos dados apresentados ao longo dos anos, único município que se percebe uma queda razoável foi Vitória, a partir da virada do milênio e um destaque não muito agradável para a Serra, que a partir dos meados dos anos 90, houve um forte crescimento e fez com a cidade por muitos anos consecutivos se manteve com as maiores taxas de homicídios.

4 CRIMINALIDADE E VIOLÊNCIA

O atual Código Penal não fornece um conceito de crime, somente dizendo, em sua Lei de Introdução, que ao crime é reservada uma pena de reclusão ou de detenção, quer alternativa ou cumulativa mente com a pena de multa. (GRECO, 2015).

Duas concepções opostas se embatem entre si com a finalidade de conceituar o crime: uma de caráter formal, outra de caráter substancial. A primeira atém-se ao crime *sub espécie iuris*, no sentido de considerar o crime 'todo o fato humano, proibido pela lei penal'. A segunda, por sua vez, supera este formalismo considerando o crime todo o fato humano lesivo de um interesse capaz de comprometer as condições de existência, de conservação e de desenvolvimento da sociedade. (GRECO, 2015, p.194).

Não se pretende proceder a uma confirmação empírica de que a desigualdade socioeconômica é a causa da violência. Não adiantando conclusões, pode-se afirmar que a causalidade da criminalidade violenta nunca se deve a um único fator, mas sempre a um conjunto de fatores. (LIRA, 2011).

Na cidade, a violência criminalizada está arraigada à desigualdade existente entre as classes abastadas e as populações desprivilegiadas. Além da má distribuição de renda e riqueza, recursos urbanos de toda ordem (serviços e equipamentos coletivos) são distribuídos de forma desigual. (LIRA, 2011, p.7).

A violência levaria a um rompimento do espaço da cidade, ou seja, uma divergência que colocaria em perigo a própria existência da unidade territorial das cidades. (ZANOTELLI et al., 2011). A espacialização dos crimes na Região Metropolitana da Grande Vitória manifestase de maneira heterogênea por todo espaço urbano. Podemos afirmar que isso é um desdobramento das desigualdades econômicas, sociais e problemas de infraestrutura. (LIRA, 2014).

Na esfera penal, a expressão “violência” designa apenas a violência física ou corporal, ou seja, o emprego de força física sobre o corpo da vítima de modo a facilitar a execução de determinado crime, a exemplo do que ocorre nos crimes de roubo e de estupro. O termo “violência” não abrange, portanto, a grave ameaça nem tampouco a chamada violência imprópria, que corresponde à utilização de qualquer outro meio capaz de reduzir a possibilidade de resistência por parte da vítima. (LIMA, 2014, p.893).

Violência significa utilizar a agressividade intencionalmente, ou seja, empregar a força física e intimidação moral para ameaçar ou cometer algum ato violento que pode resultar em acidente, morte ou trauma psicológico.

A maneira desigual e contraditória pela qual o espaço urbano é construído e reproduzido torna a cidade um palco privilegiado para os conflitos e desentendimentos interpessoais. A violência emana neste contexto e é influenciada pela segregação social. Da mesma maneira que o espaço urbano é fragmentado, a violência se desdobra distintivamente atingindo estratos da sociedade de forma diferenciada. (LIRA, 2011, p.7)

Na verdade, o homicídio é o principal exponencial da violência, pois envolve energia e potência no emprego da força física, com ou sem o uso de armas, resultando em grave desordem e sofrimento do outro. Entretanto, ele não retrata a totalidade da violência percebida e consumada nos centros urbanos brasileiros. A obrigação do medo de viver em cidades como Vitória é construída a partir da união de tipos de criminalidade violentas diversas. (LIRA, 2011). A globalização da economia leva uma diferenciação bem forte entre “centros” e “periferias”, vinculados e desvinculados, porém há uma disputa dos espaços centrais pelos desvinculados. (ZANOTELLI et al., 2011).

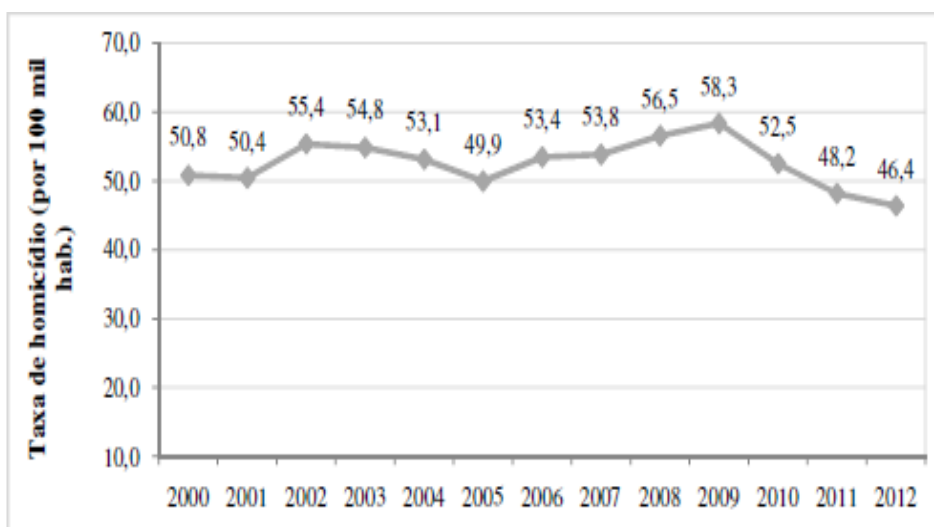


Gráfico 3. Taxa dos homicídios dolosos por 100 mil habitantes – Espírito Santo 2000 – 2012. Fonte: LIRA (2014, p.9).

Quando a fragmentação se referir aos aspectos socioeconômicos em relação à transformação da sociedade e do espaço, poderemos também verificar a aplicação deste conceito não é simples e depende das escalas de abordagem. (ZANOTELLI et al., 2011). Os assassinatos podem ser as consequências das manifestações dos processos de segregação e

acumulação do capital que acontece numa cidade tipicamente capitalista como as que se encontram na RMGV.

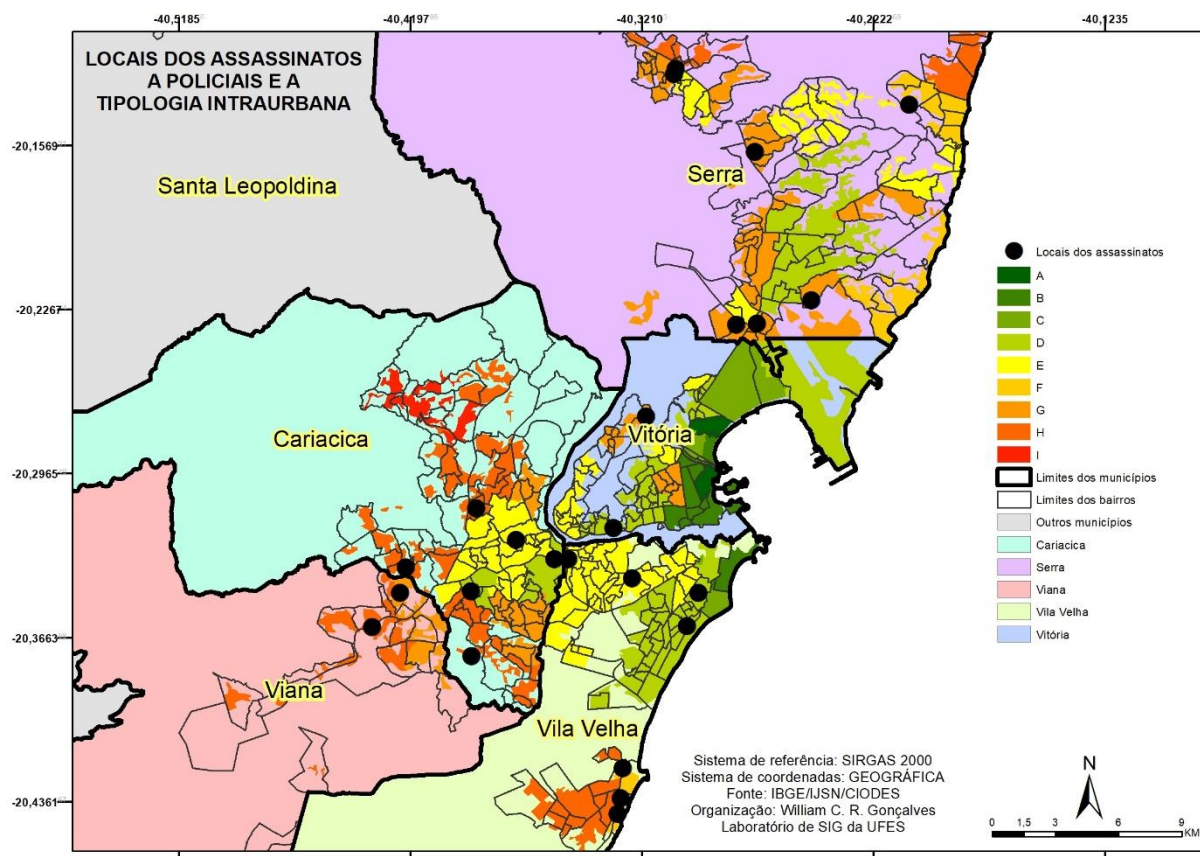


Figura 3. Locais dos assassinatos a policiais e a tipologia intraurbana. Fonte: Autor.

Esse mapa é o mapa síntese, mostrando os locais dos assassinatos, os municípios onde ocorreram e a tipologia intraurbana das cidades. Se juntasse as classes em categorias mais gerais, das 9 classes, ficaram em três grupos, os em melhores condições são A, B e C, os grupos dos intermediários ficariam com C, D e E, o grupo com as piores condições englobaria as letras F, G, H e I, lugares onde as condições são vida são bem precárias.

Nota-se que 17 casos, ou seja, quase 71%, um número bem expressivo, estão nessas zonas e em situações de vida muito ruim e também que esses lugares são afastados dos centros de suas cidades, ou seja, lugares segregados, como Corrêa mostra anteriormente que a cidade é fragmentada, não é continua o mesmo tipo de espaço urbano, ele é todo desmembrado, desigual, nesse caso por conta dos processos de urbanização que agiu de forma desigual no espaço, em função do capital. Esse espaço urbano é resultado de atos realizados no passado e que deixam

marcas até hoje. Percebe-se que a paisagem geográfica do presente mostra os antagonismos e as diferenças inerentes ao processo de produção do espaço num determinado momento histórico, no momento de grande urbanização da região metropolitana.

Percebe-se que a capital Vitória apenas dois casos, um no bairro Resistência, o bairro que se tem uma grande história de luta de ocupação, por isso que se chama assim, juntamente com Conquista que fica ao lado, os dois bairros de luta popular, que se localiza na periferia da cidade, distante dos centros políticos e econômicos da cidade, são locais com uma das piores condições de vida no município.

O outro caso em Vitória é no bairro do Centro histórico da capital, um lugar que era visto como o espaço mais nobre da cidade, principal centro político e financeiro de todo o Estado, hoje é um lugar que a partir da noite, vira-se um deserto, apenas os veículos circulam a noite, as pessoas têm medo de andarem na rua, um lugar que vive a segregação forçada por uma série de mudança, principalmente econômicas na ilha.

Os bairros dos assassinatos na Serra foram Centro da Serra, Novo Horizonte, Residencial Jacaraípe, Nova Carapina I, Rosário de Fatima, Jardim Carapina e Serra Centro, eles estavam em sua maioria em regiões onde são classificados como G, considerados baixa condições de vida. Também é perceptível como essas regiões mais precárias rodeiam as áreas mais valorizadas dos municípios, áreas com uma possível melhor qualidade de vida, fica evidente quando é visto no mapa a região mais esverdeada no centro e as outras regiões ao seu entorno. Pode ser que a população tenha sido lentamente excluída e sendo obrigada a ocupar outras áreas, pois o preço da terra nesses locais ficaram muito caro com o processo de especulação imobiliária.

Apenas em dois municípios são responsáveis por volta de 35% dos 42 casos de assassinatos em todo Estado, sendo que Vila Velha já registrou alguns novos casos no período em que a pesquisa estava sendo realizada e também outras partes do Estado também foi registrado novos crimes contra policiais.

Percebe-se que juntamente com Vitória, são os únicos com os melhores índices da RMGV, classificado como B, apenas Vitória tem A e Vila Velha tem A e B, ou seja, bairros com boas condições de vida, nesse caso seria a Região da Praia da Costa em Vila Velha.

Os bairros onde ocorreram crimes em Vila Velha foram Ataíde, Praia dos Recifes, Barra do Jucu, Coqueiral de Itaparica, Divino Espírito Santo e São Torquato. Exceto por Coqueiral, todos os bairros se encontram em regiões distantes daquelas ditas “importante”

economicamente ou politicamente. Os três casos mais ao sul da cidade foram os que ocorreram dois em Praia dos Recifes e um na Barra do Jucu, ao entorno desses bairros estão locais bem precários como Vinte e Três de Maio, São Conrado e Terra Vermelha, conhecidos por serem “perigosos e violentos”, essa região também no passado foi de ocupação ilegal e também que é um lugar bem afastado do centro do município, onde o valor da terra é bem barato, aqueles que não tem condições de arcar em lugares perto do centro, são encaminhados por força maior a essas áreas e devido a isso o próprio município demorou a reconhecer essa região e levar melhorias até ela, por anos as pessoas tinham medo de irem nesses lugares.

Bairro popular e numeroso como Coqueiral de Itaparica que se tem sete conjuntos habitacionais que foram feitos com destinação a classe dos trabalhadores da média e baixa, muitos deles realmente adquiriram esses conjuntos. O valor desses conjuntos eram baixo o bastante pra ser acessíveis a essas classes. Lembrando que nessa época o Estado estava vivendo o ciclo da economia dos grandes projetos, que afetou e construiu toda urbanização não só da Região Metropolitana, mas também de todo o estado. Hoje o bairro é onde fica a sede do governo municipal, não sendo visto como um bairro segregado e sim como um local de grande importância.

Ataíde, Divino Espírito Santo e São Torquato são bairros com condições de vida mais precárias e historicamente visto como “violentos”, assim como visto na Serra, são locais que estão sempre ao entorno, afastados das áreas mais importantes ou valorizadas da cidade.

Em Cariacica metades dos crimes foram em bairros com boas e medianas condições de vida que foram Jardim América, Itacibá e Cruzeiro do Sul e a outra metade foram em bairros com as piores condições. O município é o único na região metropolitana que apresenta uma dualidade, pois há assassinatos tanto nas melhores regiões quanto nas regiões com a condição ruim, sendo que novamente, assim como a Serra, os melhores lugares ficam ao centro e os piores ao seu entorno, uma configuração típica de uma cidade capitalista. No mapa de Cariacica é possível observar como as condições vão piorando a medida que se vai para as bordas da cidade.

No município de Viana também ocorreram dois assassinatos, nos bairros de Canaã e Marcílio de Noronha. Apenas nesta cidade que não há áreas com as condições melhores, dos municípios analisado anteriormente, este é o menos populoso e está totalmente afastado das regiões importantes, de modo geral é o mais segregado ao nível de cidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou evidente de que o espaço urbano de uma cidade capitalista, que é os exemplos das cidades da RMGV, é totalmente desigual, fragmentado, não é nem um pouco homogêneo e como o processo de acumulação de riqueza passou bem longe dos locais segregados, uma região metropolitana totalmente rompida pela falta de continuidade do espaço urbano. Foi evidenciado pelo mapear de como as áreas mais periféricas, afastadas dos grandes centros políticos e econômicos das cidades foram os locais em que mais ocorreram as mortes.

A violência e a criminalidade nas cidades são fatos consumados e falar sobre isso é, sobretudo, considerar as dificuldades enfrentadas diariamente por uma parcela da sociedade que se encontra nas periferias dos grandes centros urbanos.

E por se tratar de um reflexo de processos espaciais e territoriais, a geografia se fundamenta como indispensável ao entendimento de tais realidades. Bem como a cartografia que se apresenta como um excelente meio de comunicação entre a geografia a os problemas sociais existentes na Região Metropolitana da Grande Vitória.

A pesquisa encontra-se finalizada, pois se trata de uma monografia já defendida há um ano. Ressaltando a importância do uso da Cartografia e da Geoinformação para melhor visualização, compreensão e estudo de áreas, que auxilia no mapeamento das áreas de criminalidade e na organização de registros de ocorrências.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tipologia intraurbana: espaços de diferenciação socioeconômica nas concentrações urbanas do Brasil**. IBGE/ Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 164p. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/faa6d92d21c16b5629d58eb2b5f3c278.pdf>. Acesso em 2 de maio de 2019.

CAÇADOR, S. B.; GRASSI, R. A. A evolução recente da economia do Espírito Santo: um estado desenvolvido ou periférico ? In: FERRARI, M. A. R.; ARTHMAR, R. **Novas leituras sobre a economia do Espírito Santo**. Vitória: PPGE/CORECON-ES, 2011. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2009/inscricao.on/arquivos/000-acbb55ede8d55d858feb624d6b49f0d.pdf>>. Acesso em: 8 de maio de 2019. p. 187-218.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992, 98p.

CORRÊA, R. L. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1994. 96p.



ESPÍRITO SANTO. Instituto Jones dos Santos Neves. **Espírito Santo: instituições, desenvolvimento e inclusão social**. Vitória, ES, 2010. 464p. Disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/images/flippingbook/Crescimento_es/PDF/IJSN_Determinantes_Cresc_ES.pdf. Acesso em: 10 de maio de 2019.

FERNANDES, A. Vitimização policial: análise das mortes violentas sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2013-2014). **EAESP - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo**, 2015. Disponível em: . Acesso em 01 de maio de 2019.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário brasileiro de Segurança Pública de 2017**. 2018. Disponível em: < <http://www.forumseguranca.org.br/atividades/anuario/>. >. Acesso em 01 de maio de 2019.

GRECO, R. **Curso de Direito Penal**. Rio de Janeiro: Impetus, 2015, 915p.

LIMA, R. B. D. **Legislação Criminal**. Salvador: JusPodvim, 2014, 956p.

LIRA, P. S. Vioência Urbana: uma análise no município de Vitória-ES. **Anais** do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFES. V. 1, n. 1. Vitória, 2011. Disponível em:< <http://www.publicacoes.ufes.br/SNPGCS/article/view/1591>>. Acesso em 01 de maio de 2018.

LIRA, P. S. Geografia do Crime. Análise espacial dos crimes violentos e da tipologia socioespacial da Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV. **Anais** do VII CGB – AGB. Vitória. Agosto 2014. Disponível em: < http://www.cb2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404087642_ARQUIVO_EDP_Pablo_LIRA.pdf>. Acesso em: 01 de maio de 2018.

RODRIGUES, M. B. F.; CRUZ, D. S. Políticas públicas e gestão urbana: o caso da região metropolitana da Grande Vitória no Estado do Espírito Santo. **Dimensões**, vol. 27. Vitória. 2011, p. 23-39.. ISSN: 2179-8869.

SILVA, M. Z. e. Trajetória político-institucional recente do Espírito Santo. In: Instituto Jones Santos Neves. **Espírito Santo: instituições, desenvolvimento e inclusão social**. Vitória: GSA Gráfica e Editora, 2010. p. 29-66. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/images/flippingbook/Crescimento_es/PDF/IJSN_Determinantes_Cresc_ES.pdf>. Acesso em: 6 de maio de 2019.

ZANOTELLI, C. et al. Geografia da Criminalidade no Brasil: O caso do Espírito Santo. **Observatório Geográfico da América Latina**. 2006. Disponível em:<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal11/Geografiasocioeconomica/Geografiadelapoblacion/05.pdf>>. Acesso em: 05 de Maio de 2019.

ZANOTELLI, C. et al. **Atlas da Criminalidade no Espírito Santo**. São Paulo: Annablume, 2011.